

iberografias

40

# DINÂMICAS SOCIOECONÓMICAS

EM DIFERENTES CONTEXTOS TERRITORIAIS

COORDENAÇÃO DE  
RUI JACINTO



**cei**  
Centro de Estudos Ibéricos

*Ancora*  
editora

Coleção Iberografias  
Volume 40

Título: Dinâmicas socioeconómicas em diferentes contextos territoriais

Coordenação: Rui Jacinto

Apoio à edição: Ana Margarida Proença

Autores: Aline Pascoalino; Ana Clara Ribeiro de Sousa; Ana Júlia França Monteiro; Ana Lúcia Cunha Duarte; Ana Paula Novais Pires Koga; André Luiz Garrido Barbosa; Antonio Nivaldo Hespagnol; Bartolomeu Israel de Souza; Claudinei da Silva Pereira; Débora Santana de Oliveira; Diogo Laércio Gonçalves; Dirce Maria Antunes Suertegaray; Fernando A. B. Pereira; Francisco José Araújo; Giampietro Mazza; Helena Santana; Hellen Caroline de Jesus Braga; Igor Breno Barbosa de Sousa; Inocência de Oliveira Borges Neto; Ivaldo Lima; Jânio Gomes do Carmo; Jéssica Neves Mendes; Joana Capela de Campos; João Lucas Grassi; José Aldemir de Oliveira (em Memória); José Borzacchiello da Silva; José Sampaio de Mattos Junior; Juan Diego Lourenço de Mendonça; Karinne Wendy Santos de Menezes; Leila de Oliveira Lima Araújo; Lucas Ferreira Rodrigues; Lukas Barbosa Veiga de Melo; Marcos Leonardo Ferreira dos Santos; Messias Modesto dos Passos; Nadja Fonsêca da Silva; Nicola Fresu; Nilson Cesar Fraga; Norberto Santos; Paola Verri de Santana; Pedro Manuel Tavares; Renata Maria Ribeiro; Ronaldo Barros Sodré; Rosângela Aparecida de Medeiros Hespagnol; Rosário Santana; Rui Jacinto; Thaís de Oliveira Queiroz

Pré-impressão: Âncora Editora

Capa: Sofia Travassos | [www.sofiatravassos.com](http://www.sofiatravassos.com)

Fotografia: Mohammad Moheimani “Irão, Transversalidades fotografia sem fronteiras 2019”

Impressão e acabamento: LOCAPE – Artes Gráficas, Lda.

1.ª edição: abril de 2021

Depósito legal n.º 481056/21

ISBN: 978 972 780 759 8

ISBN: 978 989 8676 26 9

Edição n.º 41040

Centro de Estudos Ibéricos  
Rua Soeiro Viegas n.º 8  
6300-758 Guarda  
[cei@cei.pt](mailto:cei@cei.pt)  
[www.cei.pt](http://www.cei.pt)

Âncora Editora  
Avenida Infante Santo, 52 – 3.º Esq.  
1350-179 Lisboa  
[geral@ancora-editora.pt](mailto:geral@ancora-editora.pt)  
[www.ancora-editora.pt](http://www.ancora-editora.pt)  
[www.facebook.com/ancoraeditora](https://www.facebook.com/ancoraeditora)

O Centro de Estudos Ibéricos respeita os originais dos textos, não se responsabilizando pelos conteúdos, forma e opiniões neles expressas. A opção ou não pelas regras do novo acordo ortográfico é da responsabilidade dos autores.

---

#### Apoios:



**CONHECIMENTO SEM FRONTEIRAS: DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS EM DIFERENTES CONTEXTOS TERRITORIAIS**

Rui Jacinto 9

**PATRIMÓNIOS E PAISAGENS**

**Toponímia, identidade e processo de colonização do Rio Grande do Sul** 15

Dirc e Maria Antunes Suertegaray, Rui Jacinto e Inocêncio de Oliveira Borges Neto

**Os diferentes processos por trás do nome dos lugares** 49

Leila de Oliveira Lima Araújo

**O toque dos sinos desenhando um outro olhar sobre a paisagem** 61

Helena Santana e Rosário Santana

**A geografia da Amazônia na obra de Samuel Benchimol** 79

Hellen Caroline de Jesus Braga, Paola Verri de Santana e José Aldemir de Oliveira (em Memória)

**Análise da paisagem na área da Microbacia Hidrográfica do Córrego Lagoa, situada no Município de Ouvidor, Estado de Goiás** 95

Lucas Ferreira Rodrigues

**Políticas Ambientais na Raia Divisória São Paulo-Paraná-Mato Grosso do Sul, Brasil: estudo das áreas potenciais para a criação de corredores ecológicos** 113

Diogo Laércio Gonçalves e Messias Modesto dos Passos

**Análise da paisagem e possibilidade de uso para políticas públicas ambientais no semiárido brasileiro** 131

Bartolomeu Israel de Souza, Juan Diego Lourenço de Mendonça, Marcos Leonardo Ferreira dos Santos e Lukas Barbosa Veiga de Melo

**POLÍTICAS PÚBLICAS, COOPERAÇÃO E COESÃO SOCIAL**

**A democracia encunhada: antipolítica, antilaicidade e surto do irracionalismo** 159

Francisco José Araújo

**Questão racial: reflexões sobre memória, narrativas hegemônicas e contra-hegemônicas no contexto brasileiro do século XX** 169

Ana Júlia França Monteiro

**Resistência, persistência e sobrevivência indígena: a Aldeia da Ponte, do Povo Tapeba, no município de Caucaia, Ceará - Brasil** 185

Karinne Wendy Santos de Menezes

# Os diferentes processos por trás do nome dos lugares

Leila de Oliveira Lima Araújo<sup>1</sup>

*Universidade Federal Fluminense, Brasil*

*Grupo de Pesquisa ETHOS: Geografia Política, Ética, Gênero e Sexualidade*

A Toponímia ao estudar o signo toponímico, que é um signo linguístico, identifica e indica o espaço geográfico. Normalmente, a nomeação de topônimos carece da impressão sensorial e/ou sentimental do momento de denominação dos acidentes geográficos e lugares.

Desde a Antiguidade, estudiosos procuram definir a natureza das palavras - signo linguístico. Para vários autores, o signo resulta em fundamentos diferentes, uma substância sensível, uma representação da realidade que nos ajuda a entender o mundo.

Ao analisar geograficamente certos lugares não podemos prescindir o significado de seus nomes. O homem estabelece conexão consigo mesmo, com os seus interlocutores e a realidade local, por meio do topônimo, ao atribuir algum significado ao nome dado aos lugares. Assim sendo, estes nomes podem fornecer elementos sensíveis sobre sua geo-história política, econômica e sociocultural.

Este ensaio, procura analisar a intencionalidade por trás do nome dos lugares, trazendo à luz peculiaridades de localidades nas cidades do Rio de Janeiro e Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, Brasil, a saber: Gávea Pequena, Pequena África Carioca, e Portugal Pequeno.

Notadamente, estes lugares carregam em seus nomes a palavra “*pequeno(a)*”, que denota um espaço reduzido, restrito, míngado, como uma miniatura de outra localidade, que indica a possibilidade de existir um outro lugar, com nome semelhante em maior escala.

<sup>1</sup> Licenciada, Bacharel e Mestra em Geografia pela Universidade Federal Fluminense - UFF, Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Pesquisadora no Grupo de Pesquisa ETHOS: Geografia Política, Ética, Gênero e Sexualidade da Universidade Federal Fluminense - UFF.

Através de seus nomes, objetiva-se recuperar as referências de sua origem histórica, geográfica, política, social, cultural, às raízes vinculadas ao poder e/ou a memória, a vivência de fatores ideológicos, que como tal, permeiam ou dirigem o imaginário do grupo social, e todas as implicações discursivas.

## **Toponímia: um diálogo**

Desde Platão, existe a necessidade de adequação do nome dos seres, sabendo não ser tarefa corriqueira, mas da comunidade. Os relatos bíblicos registram nomes de países, regiões, reinos, montes, planícies, cidades (FAGGION, MISTURINI, 2014), dando sentido e significado aos lugares, conforme cada cotidiano e experiência. Posteriormente, o filósofo Leibniz dedicou-se a distinguir nomes comuns dos próprios. Wittgenstein, percebe que os discursos entre as pessoas dependem de como são denominados os seres do mundo real ou as entidades abstratas. Pierre Bourdieu investigou a violência simbólica existente nos atos estatais para tornar legítima a lógica da nomeação dos lugares, produzindo representações do mundo social ao custo de remodelar a memória de classes sociais mais baixas e falantes de línguas clandestinas e de dialetos (FAGGION, MISTURINI, 2014).

Nas últimas décadas, pesquisadores das Ciências Humanas e Sociais têm concentrado esforços na compreensão da linguagem com as relações de poder. Procuraram entender o poder e a relação com os nomes atribuídos às paisagens históricas e contemporâneas. Observaram que, em muitos casos, esses estudos estão relacionados à nomeação do silenciamento colonial das culturas indígenas e negras, na glorificação dos ideais nacionalistas através da nomenclatura de cidades e mapas topográficos, na concepção de paisagens urbanas neoliberais, na contestação da identidade e do lugar ao nível da nomeação das ruas, bem como, na formação de normas mais ou menos fluidas de identidades pós-coloniais (BERG, VUOLTEENAHO, 2009).

Os dicionários definem os topônimos como os nomes próprios dos lugares, bem como sua origem e evolução. Alguns geógrafos e historiadores têm destacado que a ordenação administrativa da nomenclatura geográfica colabora na racionalização burocrática do espaço ao longo da modernidade. Atribuem que o mapeamento de topônimos ajuda nas projeções da produção de conhecimento a ser utilizado em um projeto geopolítico-científico de conhecimento do mundo, como parte de controle de seus espaços.

Os estudos de toponímia têm sido costumeiramente realizados pelas abordagens histórico-culturalistas, feitas por geógrafos, historiadores e antropólogos culturais. Utilizam antigos topônimos como fontes de pesquisa para a explicação dos caminhos nas

idades e no campo, nos hábitos de cultivo, valores culturais e religiosos presentes na paisagem, dentre outros. Para muitos dos estudiosos o nome do lugar é um modo de comunicação, um testemunho do contexto de origem, e suas transformações (DORION, 1993).

Em alguns estudos, existe a associação entre memória e relações sociais, outros incutem as intenções do poder na nomeação dos lugares. Nesse sentido, abre-se a questão para pensar os motivos pelos quais certos topônimos aparecem como inocentes para as pessoas e não como propulsores de signos carregados de poder para certificar o sentido dos lugares. O que é contraditório, nos diferentes aspectos da nomeação dos lugares precisa, assim, ser abordado, mediado, contestado e entendido no sentido e no significado geográfico.

É preciso sublinhar que a afinidade entre toponímia e geografia não passa por uma questão secundária. Existe o perigo de uma aproximação exclusivamente filológica, pois o conhecimento deve ser direto tanto sobre o nome dos lugares como dos lugares. Assim, é necessário entender que, o frequente conhecimento do território pode dar a chave do significado para os seus nomes (DARBY, 1957).

A nomeação dos lugares envolve constante relações de poder, o que muitas vezes, num estudo crítico de toponímia, sob a óptica do linguístico genuíno permanece inadequado. Assim, advogamos para a não perpetuação de modelos simplistas para o entendimento dos nomes dos lugares. Prescindimos que os fatos sociais e as intrincadas inter-relações culturais e as tensas concepções de espaço precisam de maior rigor em sua análise. Desse modo, os expedientes usados para a nomeação dos lugares estão presentes em qualquer sociedade.

Diante do exposto, observa-se à necessidade de utilizar o conceito de lugar, por entender que os lugares estão em todas as escalas da vida social, passando pelos microfenômenos, como práticas diárias de trabalho e consumo, até os macrofenômenos relacionados com a divisão internacional do trabalho, ambos constitutivos das relações sociais (BERG, VUOLTEENAHONEN, 2009). Semelhantemente, cada lugar pode ser visto como particular, único, ponto de sua interseção, um lugar de encontro, com momentos imaginados e articulados em redes de relações e entendimentos sociais, conforme Massey (2008) analisou.

Os topônimos apresentam a habilidade singular de significar a existência social-discursiva efetiva. Sendo assim, na nomeação dos lugares existe a importante postura de qualquer governo, seja ele no sentido simbólico ou prático do espaço social nas diferentes escalas espaciais.

Entender a intencionalidade por trás do nome dos lugares, não é tarefa fácil. Tal atitude passa pela compreensão da memória social, das relações de poder, das significações e ressignificações dos espaços socialmente construídos, que servem como base de objeto de análise para toponímia.

## Gávea Pequena

A palavra gávea origina-se da parte alta de um navio à vela. Na engenharia naval, vem dos mastaréis que são dispostos acima dos mastros reais. O nome Gávea descrito, inicialmente, com a chegada dos portugueses ao Rio de Janeiro, veio através de um monte observado com forma de tina ou barriga, dando a ideia do lugar onde o marinheiro ficava para realizar a observação através do navio. A partir daí a comparação com o monte ganha sentido e significado, e passa a ser conhecido como Pedra da Gávea.

Posteriormente, o nome Gávea apadrinhou outros lugares na cidade do Rio de Janeiro, como a Gávea Pequena e o bairro da Gávea, ambos relativamente próximos da Pedra da Gávea.

A Gávea Pequena, objeto de análise, é uma propriedade que foi erguida para atender os fins da elite. Localizada no Alto da Boa Vista, na Estrada da Gávea, dentro da área do Parque Nacional da Tijuca, um importante fragmento de Mata Atlântica, em processo avançado de regeneração.

Ainda no início do século XIX, a região onde está localizada a Gávea Pequena, serviu ao cultivo de café com a produção em larga escala, utilizando a mão de obra escrava e a fatura de água da região. Segundo Martins (2008), foram plantados inicialmente 50 mil pés, depois com a boa aceitação da lavoura, a produção foi ampliada gradativamente e logo alçou a casa de 60 mil pés em poucos anos.

Posteriormente, com a decadência do cultivo, as terras foram desmembradas e, em 1916, parte delas foi vendida à Prefeitura do então Distrito Federal, Rio de Janeiro, quando ainda era a capital federal. Inicialmente, havia o plano de transformar a propriedade de 131.000 metros quadrados de Mata Atlântica, em colônia de férias e prática de esportes. Posteriormente, o destino da propriedade foi modificado e na década de 1930, a casa sede, serviu como sede do Serviço de Extinção de formigas, para o combate da saúva.

Após alguns anos, a região do entorno da Gávea Pequena, despontou como endereço de chácaras e casarões da elite nacional e carioca, o que foi possível após a chegada das estradas que facilitaram o acesso, entre as décadas de 1940 e 1950.

No interior da casa sede da Gávea Pequena (com acesso restrito), a decoração é sóbria, porém requintada. Possui algumas obras de arte, como quadro de Di Cavalcanti, na sala de jantar. Dispõe de uma sala de cinema, sala de jogos, sala de estar com lareira e outros ambientes internos. Na parte externa da casa, os jardins trazem a assinatura do renomado paisagista Roberto Burle Marx, que adornam a piscina, capela e demais espaços.

A Gávea Pequena, com o passar dos anos tornou-se reduto do poder político e da elite nacional. Os jantares e as festas celebraram acordos públicos e privados da elite, em diferentes momentos históricos.

Atualmente, a propriedade, institui-se como parte da história nacional e da cidade do Rio de Janeiro, o que denota a sua importância como uma quase bicentenária construção. Em razão da sua relevância histórica, o espaço da Gávea Pequena, residência oficial da cidade do Rio de Janeiro, foi tombado em um ato administrativo realizado pelo poder público com o objetivo de preservar o bem cultural, através do Decreto 8.074 – de 1º de setembro de 1988, e posteriormente a Lei 8.496/2019, a designou como patrimônio histórico.

Figura 1. Casa da Pequena Gávea



Fonte: Diário do Rio, 2017.

## Pequena África Carioca

Nomeada Pequena África Carioca, pelo compositor Heitor dos Prazeres e eternizada por historiadores, o nome foi movido por uma construção histórica de intelectuais a partir da década de 1980, cujas pesquisas buscavam compreender o papel social do negro, na Zona Portuária da Cidade do Rio de Janeiro. Por outro lado, na década de 2000, o poder público local apropriou-se de tal topônimo para promover os novos objetos da espacialidade e enaltecer a cultura negra, para fins turísticos, numa área urbana que mescla rugosidades (SANTOS, 2002).

A importante existência e vivência do negro no lugar, vem desde 1774, quando o atracadouro da Praça XV foi substituído pelo Cais do Valongo, onde os africanos, vindos do Congo e Angola, chegavam para ser escravizados. Com o passar do tempo, a experiência



do negro e a representação afrodescendente foi se enraizando na região, por elementos ligados a herança cultural e por meio do trabalho.

Durante décadas, observou-se que a ancestralidade negra foi invisibilizada nos espaços dos bairros que formam a Pequena África Carioca, com: a Gamboa, Saúde, Santo Cristo, Cidade Nova, Estácio, Catumbi, Lapa, Praça Mauá e um pedaço de São Cristóvão, onde, hoje, é possível observar traços que carregam a relevante memória social.

Alguns dos espaços da Pequena África Carioca tornaram-se conhecidos, e atualmente, são denominados como: Cais do Valongo, Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos, Pedra do Sal, Largo de São Francisco da Prainha e Casa da Tia Ciata Espaço Cultural, por conterem camadas de lembranças que reportam o comércio de escravos e a presença dos ex-escravizados que chegaram de várias partes do país a procura de trabalho. Na capital, ainda na Primeira República, eles encontraram na estiva, a atividade remunerada e desvalorizada, que remete à organização do trabalho da escravidão.

Figura 2. Largo de São Francisco da Prainha, 2017



Foto de Matheus Aguiar  
Fonte: Jornal da PUC Rio, 2017

No passado e na atualidade, por vários momentos, os projetos de intervenção urbanística estiveram presentes na região, onde advém desde os primeiros anos do século XX, passando da reforma Pereira Passos aos recentes projetos urbanísticos como o *Porto Maravilha de Revitalização* (2009-2016), que buscou organizar a cidade para os grandes eventos esportivos, como a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016

(ARAUJO, 2020). Os dois últimos projetos, ocasionaram a desapropriação de moradias, expulsando de moradores tradicionais, numa estratégia de transformar o lugar em polo turístico e de diversão no Rio de Janeiro.

A inclinação da região da Pequena África em influenciar a cultura local e do país está presente desde o início do século XX. Na Era Vargas, durante o processo de criação de uma identidade nacional, foi utilizada a concepção carioca de cultura, que estava diretamente ligada ao negro daquela região (ALMEIDA, 2017). A cultura carioca tributa o cotidiano dos negros da Pequena África, à história do samba veiculando as suas festas, tradições culturais e religiosas. A importância histórica para a região relaciona-se também a influência das casas das tias baianas, com as festas religiosas e seus quitutes, como a Tia Ciata (ARAUJO, 2020).

Diante disso, o espaço da Pequena África não pode ser creditado apenas as virtudes narradas pelas festas e tradições culturais. A memória apagada e esquecida dos negros que chegavam com doenças e eram abrigados nas Casas de Engorda, para serem vendidos, existiu. Muitos negros que não sobreviveram, tiveram seus corpos descartados em valas rasas no Cemitério dos Pretos Novos, que recebeu esse nome justamente por abrigar africanos que seriam escravizados. O modo de sepultamento, rompe com as tradições ancestrais dos negros, demonstrando a face agressiva e violenta da escravidão, que trivializou a morte, no entendimento dos brancos da época, sobre o corpo e os objetos dos africanos, ou seja, serviam ao descarte quando não eram mais produtivos naquela sociedade (GUIMARÃES, 2011).

De região estigmatizada pela grande concentração de negros, no fim do século XIX, o lugar tornou-se relevante para a moderna cultura carioca e, apesar do destaque que possui, é importante desconstruir o conceito de “Pequena África” como algo bom, sem, contudo, apagar a história do negro na cultura do Rio de Janeiro. É preciso considerar a diversidade que a região da Zona Portuária teve e que resiste até os dias atuais, e lembrar também a história de luta do povo africano.

## **Portugal Pequeno**

O topônimo Portugal Pequeno, concedido a um trecho do bairro da Ponta D’Areia, em Niterói, Rio de Janeiro, é recente e não foi criado diretamente pelos lusitanos que ali residiam. Surgiu pela forte presença de imigrantes, principalmente portugueses, sua história local e vinculado ao projeto de revitalização do bairro, realizado no ano de 1998, quando a Prefeitura Municipal de Niterói, pegou como gancho inicial o *Encontro com Portugal*, promovido pela Secretaria Municipal de Cultura, em comemoração pelos 500 Anos do Descobrimento do Brasil.

Na época, o planejamento envolveu a Prefeitura de Niterói, o governo português, a comunidade local e várias instituições interessadas, para a recuperação do patrimônio arquitetônico e urbano da área. O projeto envolveu a substituição do asfalto por paralelepípedos e a recolocação das pedras portuguesas no calçadão, além da pintura das casas à beira-mar, que receberam novas cores.

Em sua origem, o bairro da Ponta D'Areia teve a sua economia ligada à pesca de baleias. Era formado por um conjunto de casas à beira do cais e espremido entre o mar e o morro da Penha. Ainda na primeira metade do século XIX, iniciou-se o processo de industrialização com os estaleiros, que empregaram centenas de imigrantes em torno das atividades ligadas à construção naval.

A fixação portuguesa aconteceu, principalmente, entre as décadas de 1870 e 1920, revelada por motivos que passam pela rede solidária de parentes que já moravam no local, e a oferta de empregos nos muitos estaleiros que ali existiam. A semelhança linguística e de costumes com Portugal, a terra natal, também colaborou para atrair os portugueses ao local.

Martins (2012), atribui a fixação dos portugueses na Ponta D'Areia, por ser contornada pela Baía de Guanabara, concentrando características que propiciaram atividades econômicas comuns em Portugal, como a pesca e a construção naval, e que esse foi outro fator que serviu de estímulo para o estabelecimento de lusitanos por lá (MARTINS, 2012, não paginado).

Segundo Rodrigues (2013), pelos motivos mencionados, a Ponta D'Areia, criou também, no início do século XX, um comércio muito variado, a maioria de propriedade de portugueses. Assim, o lugar se configurou como um espaço rico em história e singularidades, diferenciado dentro da malha urbana da cidade.

Os espaços do bairro apresentam familiaridade com a paisagem arquitetônica de outros bairros ocupados por lusitanos, como por exemplo, os existentes da mesma origem nas cidades do Rio de Janeiro, Salvador, São Luís etc. Os resquícios da imigração portuguesa no local podem ser observados na paisagem através de alguns casarios, nos azulejos com pinturas de santos católicos, que ainda adornam muitas moradias.

Em uma análise territorial do espaço do Portugal Pequeno, observa-se nos dias de hoje, uma área residencial e um comércio pouco desenvolvido, sendo em sua grande maioria formada por bares e lanchonetes. As casas antigas exibem um ar de abandono e, em alguns casos, graves processos de deterioração. Nota-se ainda um píer, para ancorar pequenos barcos de pesca e quiosques a beira da Baía de Guanabara, que, de longe lembra o passado exitoso, composto por vários estaleiros ao qual permitia grande fluxo de pessoas e constante movimentação diária ao lugar (RODRIGUES, 2013).

Figura 3.  
Bairro da Ponta D'Areia, década de 1940



Fonte: Labhoi - UFF

Figura 4.  
Ponta D'Areia, 2012



Fotos de Eduardo Naddar  
Fonte: Jornal O Globo, 2012

Associado aos fatores aludidos, acrescenta-se a escassez de pescado na Baía de Guanabara, dado aos elevados índices de poluentes, a falta de embarcações de grande porte e modernas, para realizar a pesca nas águas oceânicas.

Houve ainda, mudança nos hábitos profissionais, a morte de antigos moradores, bem como, a migração de lusitanos para outros espaços da cidade, fazendo com que a antiga colônia portuguesa já não exista.

Figura 5. Igreja Nossa Senhora de Fátima da Ponta d' Areia, 2018



Fonte: Jornal Casa da Gente, 2018